

Os secretários de Estado de Segurança Pública e de Defesa Social da Região Sudeste, preocupados com o gradual crescimento dos crimes violentos, sobretudo dos crimes violentos contra o patrimônio (roubos), se reuniram nas últimas semanas para debater e propor ajustes legislativos concretos e factíveis que possam contribuir com o enfrentamento à violência.

O resultado está fundamentado em um documento com 20 propostas, que passam pela readequação de tipos penais, execução das penas e aumento do tempo de cumprimento das mesmas, além de normatizações relacionadas ao adolescente autor de ato infracional, entre outros assuntos. O cerne da preocupação, neste momento, se concentra em mudanças que compatibilizem a política criminal com o atual momento vivido pela sociedade.

Todo o país tem presenciado um notório processo de impunidade criminal, também identificado pela sociedade, que vai desde a prisão do indivíduo, a investigação pela polícia judiciária e, necessariamente, precisa contar com o lastro judicial, de alçada do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Paralelamente a isso, os dados estatísticos da segurança pública traduzem, em todos os estados do Sudeste, uma atuação vigorosa das forças policiais, com crescimento constante de prisões, apreensões de drogas, abordagens de rua. Ao mesmo tempo, todo esse trabalhado não têm se traduzido em redução dos números de eventos criminosos.

A ideia, com as propostas fundamentadas pelos secretários de segurança, em reuniões durante o mês de maio em Belo Horizonte, Vitória e São Paulo, é reverter, de um lado, o sentimento de impunidade e, de outro, trabalhar positivamente para o restabelecimento da “sensação de segurança” da população.

Os secretários acreditam que, apesar de as propostas apresentadas serem uma breve contribuição ao complexo enfrentamento à violência, elas poderão ajudar, se acolhidas, no curto prazo, a conter o avanço das práticas criminosas que mais incomodam o cidadão no seu cotidiano. Suscitarão um importante debate e representarão importante instrumento na proteção dos cidadãos brasileiros

Há o reconhecimento de que as mesmas não se tratam, evidentemente, de uma solução mágica e completa para o fenômeno, e muito menos de tentativa de transferência de responsabilidades. A ideia é criar instrumentos que venham conferir às forças de segurança pública efetividade em suas ações na ponta final do processo.

Os subscritores da presente proposição querem enfatizar o caráter absolutamente técnico e apartidário da iniciativa, confiantes na sensibilidade dos integrantes do Congresso Nacional.

André de Albuquerque Garcia – Secretário de Segurança Pública do Espírito Santo

Fernando Grella Vieira – Secretário de Segurança Pública de São Paulo

Rômulo de Carvalho Ferraz – secretário de Estado de Defesa Social

José Mariano Beltrame – secretário de Segurança do Rio de Janeiro